

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	7
Introdução: Colocação do tema	9
1. A liberdade de expressão na Constituição Federal de 1988: um panorama geral	19
1.1. Direitos fundamentais e garantias institucionais.....	19
1.2. Dos fundamentos da liberdade de expressão	24
1.2.1. Fundamentos de cunho instrumental.....	25
1.2.1.1. A busca pela verdade	25
1.2.1.2. Condição essencial para o bom funcionamento das democracias	30
1.2.1.3. Condição essencial para a sobrevivência de sociedades tolerantes e plurais	35
1.2.1.4. Outros fundamentos instrumentais.....	37
1.2.2. Fundamento de cunho constitutivo	38
1.3. Há algum papel para o Estado? As Teorias Libertária e Democrática da liberdade de expressão	45
1.4. Os contornos da liberdade de expressão	49
1.4.1. O discurso não protegido ou com menor âmbito de proteção	50
1.4.2. As espécies da liberdade de expressão em sentido amplo	62
1.5. A posição preferencial da liberdade de expressão	66
1.5.1. Tríplice fundamento da posição preferencial	67
1.5.2. O conteúdo da posição preferencial	72
1.5.3. As consequências da posição preferencial	75

2. A Imprensa e o acesso à informação	79
2.1. Considerações iniciais.....	79
2.2. Conteúdos, funções e deveres inerentes ao exercício da liberdade de informação jornalística	84
2.2.1. Liberdade de informar versus liberdade de opinar?.....	86
2.2.2. Uma classificação tradicional: direito de informar, direito de ser informado e direito de buscar informação.....	90
2.2.3. As funções da Imprensa.....	94
2.2.4. Os deveres dos profissionais de Imprensa	98
2.3. A Liberdade de Imprensa na Constituição Federal de 1988.....	103
2.3.1. Vedações à censura	104
2.3.2. Direito de crítica	107
2.3.3. Proteção do sigilo da fonte e vedação ao anonimato	109
2.3.4. Desnecessidade de diploma de ensino superior.....	112
2.4. A jurisprudência do STF sobre liberdade de imprensa	114
3. O problema do “chilling effect” sobre a liberdade de imprensa	121
3.1. Considerações iniciais.....	121
3.2. A doutrina do <i>chilling effect</i> : definição e origens	124
3.3. <i>Prior restraints, subsequent punishments</i> e o formalismo na liberdade de expressão	149
3.4. Os direitos da personalidade e a sistemática de responsabilização no Direito Brasileiro.....	153
3.4.1. Direitos da personalidade: reconciliando o Direito Constitucional e o Direito Civil?.....	153
3.4.2. A responsabilidade civil e a reparação integral do dano.....	162
3.4.3. A responsabilidade penal e a sua prescindibilidade prática.....	170
3.5. Análise jurisprudencial.....	175
3.6. Conclusão	202

4. A Liberdade de Imprensa e a colisão de direitos: ponderação e standards ponderativos	203
4.1. Considerações iniciais.....	203
4.2. A técnica da ponderação	204
4.2.1. Direitos fundamentais, regras, princípios e ponderação.....	204
4.2.2. A ponderação judicial e o ideal da racionalidade.....	211
4.3. <i>Standards</i> ponderativos	220
4.3.1. Conceito, necessidade e importância	220
4.3.2. A posição doutrinária e jurisprudencial. Alguns <i>standards</i> no direito nacional e comparado atinentes à liberdade de expressão	226
4.3.3. <i>Standards</i> propostos	236
4.3.4. <i>Standards</i> Aplicados	242
5. Propostas para além da ponderação: monitoramento, ônus da prova, indenizações e direito de resposta	247
5.1. Introdução.....	247
5.2. Agenda de monitoramento: é possível aqui?	248
5.3. O parâmetro da malícia real: é pertinente por aqui?.....	250
5.4. Indenizações e custos de litigância	258
5.5. O direito de resposta como reparação preferencial	262
5.6. Aplicação concreta das soluções propostas.....	269
Considerações Finais	275
Referências	283